

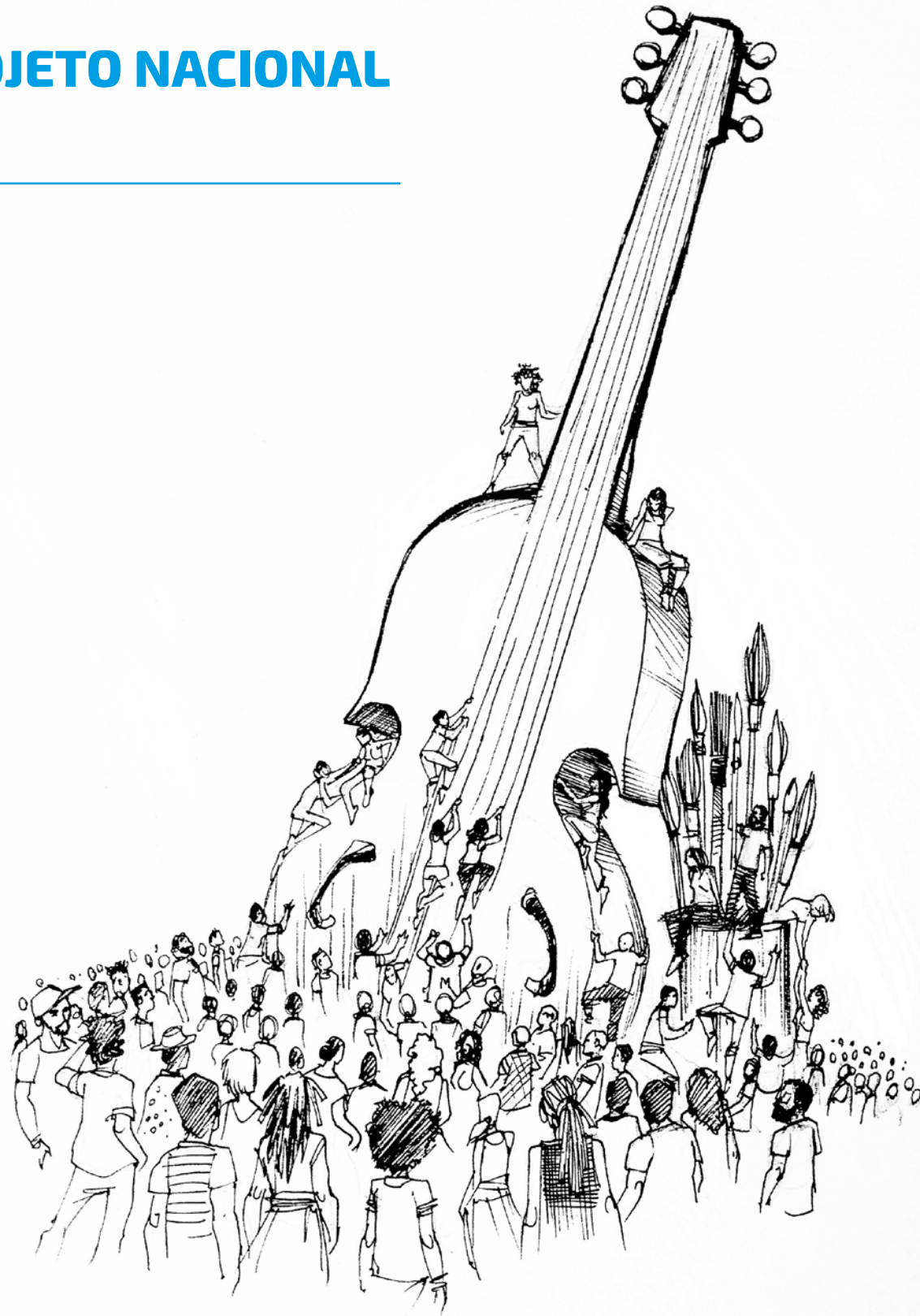
A CULTURA NO NOVO PROJETO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

Elder Vieira*

Javier Alfaya**

O Ministério da Cultura no governo do presidente Lula promoveu avanços na maneira de conceituar e pensar cultura e na concepção de políticas públicas para o setor. A cultura saiu de sua unidimensionalidade simbólica e passou a ter ao menos três dimensões capitais – além de símbolo, cultura e direito do cidadão e economia. O resultado é o enriquecimento da paisagem cultural brasileira.

O conceito de cultura tem sido modificado substancialmente nas últimas décadas. Tradicionalmente, o termo vinculava-se às linguagens artísticas e às manifestações de cultura popular. Deve-se à antropologia o conceito de cultura como território abrangente que vai para além das artes e da tradição, cujo significado abarca o conjunto de valores, práticas, inovações e fazeres que marcam uma sociedade, tanto no que respeita ao patrimônio simbólico material, como ao imaterial.



Não há soberania nacional sem soberania cultural. Todas as potências econômicas de ontem e de hoje trataram de proteger, apoiar e promover sua cultura, aquém e além-fronteiras. Não existe povo livre sem acesso aos meios de produção, difusão e fruição de sua própria cultura.

No Brasil, veio se firmando, a partir das elaborações do Ministério da Cultura, o conceito de cultura como espaço simbólico onde todos se reconhecem parte da Nação, no qual todos se movimentam trocando signos, valores e ideias – troca que propicia diálogos profícuos, produtores de sínteses renovadoras e de invenções. Cultura tem a ver com pertencer a uma dada comunidade que compartilha origens, sentidos e futuro estabelecidos em códigos mais ou menos consensuais, ou majoritariamente aceitos, ou dominantes.

A cultura, portanto, transversaliza a vida nacional: atravessa classes, gêneros, idades, etnias, inúmeros limites sociais, e se impõe como um patrimônio que define a Nação.

O exemplo mais emblemático disso é nossa língua portuguesa, o mais importante patrimônio simbólico do País. Falada com prosódia própria e escrita com sintaxe diferente da dos demais países lusófonos, ela abriga diversos sotaques e registros conforme cada estado e categoria social, mas é entendida com o mínimo de ruído por todos em todo o território. Uma vez pronunciada, logo se identifica seu falante como brasileiro. Ela é suficientemente maleável para manter-se permanentemente renovada e é apropriada por seus usuários sem a menor cerimônia, ganhando em expressividade o que os puristas consideram perder em correção. É uma língua que alegremente se contamina com outras línguas e as deglute com criatividade e sem preconceito. Bem próxima, vê-se, de um retrato do povo do qual foi um dos principais instrumentos de constituição.

Cultura, portanto, tem a ver com identidade nacional. Mas não com uma

identidade monolítica, imposta e artificialmente construída. A identidade de que falamos é, antes, filha de um processo dialético, dinâmico, pleno de diversidades e contradições; processo de continuidade de certas linhas fundamentais da experiência nacional, articulada à capacidade de criar e agregar, ao patrimônio geral, novas contribuições em todos os domínios do simbólico.

Esse movimento dialético tem sido uma das marcas da cultura brasileira. Apesar de ameaçada pelas desigualdades de um capitalismo dependente, pelos vícios históricos de uma elite branca antidemocrática e antipopular, e por um sistema internacional que oprime e busca obstaculizar o florescimento pleno da Nação, nossa cultura tem-se mantido um organismo vivo, ora resistindo às noites ditatoriais, ora subsistindo às avalanches liberais, ora vicejando sob a democracia ou se fortalecendo conforme o aumento do grau de soberania do país.

A NOVA CARA DA CULTURA BRASILEIRA

Atualmente, após décadas de globalização, vivenciando velhas e novas contradições – geradas essas e acentuadas aquelas pelas novas tecnologias e processos de produção e circulação de bens materiais e imateriais –, e com o advento de um governo democrático, de perfil popular, o Brasil experimenta culturalmente o seu melhor momento.

O governo Lula, sob a batuta do Ministério da Cultura, promoveu uma reviravolta na maneira de pensar cultura e de fazer política pública de

cultura. Desde deslocamentos conceituais, que fizeram com que a cultura saísse de sua costumeira unidimensionalidade simbólica, até a execução de programas cujo foco é o público, e não somente artistas, produtores, especialistas e empresários, o MinC enraizou políticas que modificaram a paisagem cultural do Brasil.

O método foi simples, sem deixar de ser refinado: apostou no protagonismo social e ousou compartilhar a gestão de suas ações.

Exemplos eloquentes desse método são os cerca de cinco mil Pontos de Cultura articulados em redes espalhadas pelo Brasil, o florescimento do cinema nacional verificado nos últimos oito anos e o aumento vertiginoso do número de bibliotecas públicas.

Essa e outras iniciativas modificaram a cena cultural brasileira: mexeram em velhos privilégios e trouxeram à boca do palco personagens antes escondidos e os emponderaram, incentivando a criatividade, premiando o mérito e reconhecendo o talento. A cultura, no governo Lula, foi retirada do quarto dos fundos e posta na sala de estar do projeto nacional.

É claro que esses êxitos não obnubilam o fato de ainda haver muitos desafios para vencer: nossa infraestrutura cultural continua precária; os meios de circulação e distribuição são grandemente monopolizados. Os recursos destinados à cultura, ainda que tenham sido ampliados significativamente, não permitem que se dê maior escala às ações governamentais, de modo a alcançar os milhões de brasileiros em todas as regiões. As forças que atuam para impor uma hegemo-

nia cultural estrangeira e ideologicamente discriminatória, excludente e conservadora não foram batidas e dificultam os avanços, ao passo que ainda não se enraizou na sociedade brasileira, em especial em seus trabalhadores, a consciência da importância estratégica da cultura para a soberania, a democracia e o desenvolvimento nacional.

CULTURA E DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Não há soberania nacional sem soberania cultural. Todas as potências econômicas de ontem e de hoje trataram de proteger, apoiar e promover sua cultura, aquém e além-fronteiras. Não existe povo livre sem acesso aos meios de produção, difusão e fruição de sua própria cultura. Da mesma forma que não é possível hoje conceber crescimento sustentável sem democracia e soberania, não há como imaginar desenvolvimento nacional sem a cultura como um de seus vetores.

A Cultura figura como o 4º maior gasto das famílias brasileiras, corresponde a 5% do Produto Interno Bruto do país, conta com cadeias econômicas bem estruturadas – audiovisual, música, livro, espetáculos/ eventos e internet –, emprega, por exemplo, só no Carnaval carioca, ao longo de todos os anos, em média 300 mil pessoas. Existem fortes cadeias econômicas informais, como a do Hip-Hop na periferia de São Paulo, que produz e vende desde CDs a roupas e livros. Dos projetos sociais apoiados ou executados diretamente pelo governo federal, os relacionados à cultura são os de maior perenidade. Há notícias de que o Brasil possui no mí-

Foto: <https://www.flickr.com/photos/dohrn>



Foto: Cristiana Granato/Divulgação



Foto: Divulgação



Pontos de Cultura articulados em redes espalhadas pelo Brasil, florescimento do cinema nacional e aumento do número de bibliotecas públicas: iniciativas de política cultural patrocinadas pelo Ministério da Cultura nos governos Lula e Dilma

A cultura segue sendo um setor pouco regulado economicamente e marcado pela informalidade. As empresas formais são, na maioria, frágeis, convivendo com alguns grandes grupos empresariais de comunicação e de entretenimento. A atividade econômica cultural, em seu conjunto, tem potencial ainda não plenamente desenvolvido...

nimo 120 mil manifestações culturais em funcionamento e que, no universo virtual, além da produção colaborativa de programas e produtos e das trocas sem fins lucrativos, novos modelos de negócio vêm se desenvolvendo.

A cultura segue sendo um setor pouco regulado economicamente e marcado pela informalidade. As empresas formais são, na maioria, frágeis, convivendo com alguns grandes grupos empresariais de comunicação e de entretenimento. A atividade econômica cultural, em seu conjunto, tem potencial ainda não plenamente desenvolvido de gerar recursos por si mesma para que sejam investidos na própria atividade; contudo, em razão das deformações do mercado, não dá conta de funcionar sem o financiamento externo ao meio, oriundo geralmente do orçamento público ou de recursos de empresas não culturais conseguidos por meio das leis de renúncia fiscal.

Quanto ao consumo, estudo recente feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), aponta que 71% dos entrevistados afirmam ser o preço o principal obstáculo ao acesso aos serviços e bens culturais e 78% preferem assistir televisão em casa. Quando o assunto é teatro, circo ou mesmo shows, 59,2% afirmam nunca ir e 25,6% raramente. Por outro lado, cresce o acesso à internet, e a convergência tecnológica tem modificado hábitos de consumo de conteúdos simbólicos.

Todos esses elementos expostos nos revelam um contexto complexo e pontilhado de contradições: se, de um lado, há um mercado cultural deformado e ainda pouco desenvolvido, marcado pelo tradicionalismo e viciado em

leis de incentivo, de outro, apresentam-se enormes potencialidades e possibilidades de crescimento com base na inovação e em soluções criativas.

A cultura se apresenta, portanto, como uma grande fronteira de desenvolvimento sustentável, capaz de fortalecer nossa soberania política e nossa independência econômica.

CULTURA E ESTRATÉGIA PARA O PAÍS

Para que se cumpra esse destino, alguns passos nos parecem imprescindíveis:

1. É preciso reforçar as instituições públicas que fomentam a produção cultural brasileira e sua circulação, em especial o Ministério da Cultura e a TV Brasil: além de um orçamento digno e não contingenciável, são necessários investimentos em pessoal, equipamentos e processos de gestão que lhes deem robustez institucional para cumprir sua missão de planejamento, execução e acompanhamento de políticas públicas para o incremento do setor.

2. A União deve reservar, para investimentos em cultura, no mínimo 2% do orçamento anual da União. Estados e municípios devem garantir, também anualmente, ao menos 1,5% e 1%, respectivamente.

3. O Brasil precisa de um Programa de Desenvolvimento da Economia da Cultura, que deve mobilizar e articular agentes públicos e privados para a implantação de linhas de financiamento e de incentivos fiscais a empresas e empreendimentos culturais e de fortalecimento de cadeias produtivas e criativas.

4. Articulando MinC, Ministério das Relações Exteriores e Agência de Promoção das Exportações (Apex), o país deve ampliar a presença da cultura brasileira no cenário internacional, em especial no MERCOSUL, por intermédio de ações e programas de estímulo à exportação e de promoção de artistas e produtos culturais, ou de acordos específicos de livre-comércio e de cooperação multilateral.

5. O Estado, por intermédio da ação conjugada entre MinC e Ministério da Indústria e do Comércio, deve investir em microempreendimentos culturais, nas cinco regiões do país, no desenvolvimento de projetos de novos modelos de negócios em cultura e no circuito da economia solidária.

6. Deve implantar o Vale Cultura, conforme Projeto de Lei que tramita no Congresso, como medida de democratização do acesso e de incremento ao consumo cultural.

7. É preciso institucionalizar definitivamente o Sistema Nacional de Cultura e aplicar o Plano Nacional de Cultura, de maneira a articular, em torno do desenvolvimento cultural, os três níveis de governo, os três poderes da República e a sociedade, exercendo o pacto federativo no campo da cultura. O governo federal deve estimular a elaboração e institucionalização de planos e sistemas estaduais, municipais e setoriais de cultura.

8. Reformular o sistema de financiamento e fomento da cultura, nos moldes do Projeto de Lei do Procultura, separando o que é orçamento para programas ministeriais e o que é orçamento para demandas da sociedade,

consignadas no Fundo Nacional de Cultura; criando fundos setoriais públicos e estimulando a criação de fundos privados; e aprofundando as bases, os critérios e os métodos democráticos de análise e seleção de projetos para fins de renúncia fiscal.

9. Desenvolver uma forte política de infraestrutura cultural, para vencer a precariedade e o déficit de equipamentos nos municípios brasileiros, de forma a melhorar a qualidade de vida das comunidades. Apoiar estados e municípios em seus esforços de recuperar equipamentos.

10. Fortalecer as redes sociais de cultura. Destinar recursos para dar maior escala aos Pontos de Cultura e sua teia de Pontões, Pontinhos, Pontos de Leitura e Pontos de Memória, de modo

A cultura se apresenta como uma grande fronteira de desenvolvimento sustentável, capaz de fortalecer nossa soberania política e nossa independência econômica.



a que cubram boa parte do território nacional. Ampliar a política de bolsas a mestres dos saberes e agentes jovens de cultura.

11. Os Ministérios da Educação e da Cultura devem estimular os sistemas de ensino a incorporarem a seus currículos disciplinas vinculadas à cultura, como audiovisual, cultura digital, artes visuais e música.

12. O Estado, por um lado, deve desenvolver política de promoção da Língua Portuguesa como principal patrimônio identitário do povo brasileiro, preservando as diversidades de falares e estimulando a apropriação, sobretudo de jovens e crianças, de sua modalidade escrita. Por outro, deve estabelecer programa de preservação e difusão das línguas não portuguesas faladas e cultivadas por comunidades do território brasileiro, em especial as indígenas e as de matriz africana. Deve promover a literatura brasileira no país e no exterior, por meio de bolsas de criação e de tradução, prêmios a editoras e livrarias que promovam o autor nacional, e constituir o Instituto Nacional do Livro, da Leitura e da Literatura.

13. Democracia cultural, mercado interno ampliado e desenvolvimento nacional soberano e socialmente justo exigem um novo marco regulatório para as comunicações do Brasil. Os meios de comunicação são o principal instrumento pelo qual a sociedade acessa conteúdos culturais – apresentem-se eles como informação, objeto estético, entretenimento ou educação. É imperioso, portanto, promover uma reforma da legislação e do funcionamento dos meios de comunicação de massas,

para que a comunicação venha a ser um grande fator de ampliação da democracia e um poderoso instrumento para o desenvolvimento nacional. Para tanto, é urgente dar combate à monopolização e homogeneização do setor. Tal tarefa, necessária para a garantia de acesso à nossa diversidade cultural e de construção livre de nossa identidade como brasileiros, passa por revisar os critérios de concessão para o setor privado, fixar mecanismos de participação social na regulação e regulamentação das comunicações, rever os critérios públicos de publicidade oficial, fortalecer o sistema público, em especial as emissoras de rádio e TVs estaduais, multiplicar a radiodifusão comunitária, reforçar a produção independente e regional e estimular sua relação com as empresas de TV e rádio. Numa outra frente, é preciso promover a inclusão digital, buscando sua universalização, principalmente por intermédio da implantação plena do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL). Por fim, como corolário de todo o exposto, instituir o Conselho Nacional de Comunicação, constituído democraticamente, com decisiva participação da sociedade.



Elder Vieira é escritor e poeta, gestor de carreira no Ministério da Cultura, onde foi chefe de gabinete da Secretaria de Articulação Institucional



Javier Alfaya é arquiteto, ex-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), foi vereador em Salvador (BA) e deputado estadual. É mestre em Cultura e Desenvolvimento pela Universidade Federal da Bahia, e diretor de cultura da Fundação Maurício Grabois

FONTES

BRASIL. Ministério da Cultura, MinC. Cultura em números: anuário de estatísticas culturais. 2ª edição, Brasília (DF), 2010.

_____. Cultura em três dimensões: as políticas do Ministério da Cultura de 2003 a 2010. Brasília (DF), 2010.

_____. Mais Leitura: balanço das ações de livro e leitura do Ministério da Cultura, 2003/2010. Brasília (DF), 2010.

PCdoB. Programa Socialista para o Brasil, aprovado no 12º Congresso do Partido Comunista do Brasil, novembro de 2009.

UOL Notícias. Para brasileiros, preço alto é principal obstáculo para acesso à cultura, diz pesquisa do Ipea, 17-11-2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2010/11/17/brasileiro-se-sente-distante-de-oferta-cultural-diz-ipea.htm>>